

A presença e a relevância do noticiário de corrupção – 30 anos de cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* (1985-2014)¹

The presence and relevance of the corruption news - 30 years of newspaper coverage *Folha de S. Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* (1985-2014)

Diana Fernandes S. Antonelli²

Resumo

Este artigo trata de parte de uma pesquisa por amostragem que analisou o noticiário sobre corrupção publicado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* entre 1985 e 2014. A análise de mais de 4 mil capas identificou a valorização e o aumento progressivo da publicação deste tipo de notícia, evidenciando uma transformação na forma como os jornais apresentam o tema. A principal mudança foi o aumento da relevância dada ao assunto, medida pela quantidade de manchetes principais, que cresceu mais de cinco vezes no período. Não é possível afirmar, porém, que se trata de uma nova tendência do jornalismo ou se um movimento temporário.

Palavras-chave: Jornal impresso. Corrupção. Escândalo político midiático. Noticiário de denúncias.

Abstract

This article is part of a sample survey that analyzed the news about corruption published in the newspapers *Folha de S. Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* between 1985 and 2014. The analysis of more than 4 thousand newspapers covers identified the valorization and the increase of the publication of this type of news in the paper media, evidencing a transformation in the way the newspapers present the theme. The main change was the increased relevance given to the subject, measured by the number of major headlines, which grew more than five times over the period. It is not possible, however, to say that this is a new trend in journalism or a temporary movement.

Keywords: Printed newspaper. Corruption. Media political scandal. News report.

¹ Pesquisa para projeto de Mestrado na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

² Mestre em Jornalismo e Sociedade pela FAC-UnB, fevereiro-2017. Jornalista, graduada em 1985 pela Uniceub. E-mail: dianafernandes2015@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/4952890841798981>

1 Apresentação

Os crimes praticados por agentes públicos ganharam visibilidade e maior potencial de repercussão a partir da popularização dos meios de comunicação ainda na primeira metade do século passado e, mais recentemente, com a midiaticização da política, como se vê em Thompson (2002) e outros autores. Buscar, esmiuçar e tornar públicos os atos de corrupção que envolvem políticos, autoridades e servidores públicos em geral também passaram a ser atividades inerentes ao jornalismo nas democracias modernas (WAISBORD, 2000; KOVACH E ROSENSTIEL, 2003).

No atual período de plena democracia no Brasil, o tema corrupção popularizou-se na imprensa de forma acentuada, especialmente na última década. Esse tipo de notícia começou a ganhar maior espaço no noticiário ainda no final dos anos 1980, com o fim da ditadura militar, atingindo um ponto alto no início dos anos 1990, com o impeachment de Fernando Collor de Mello (1992) e a CPI do Orçamento (1993). Depois desse período, o tema voltou com força semelhante no noticiário apenas em meados dos anos 2000.

A prática e a convivência diária desta pesquisadora por quase três décadas nas redações de dois dos três jornais do *corpus* deste trabalho, em Brasília, deixaram a percepção de que o noticiário político dos jornais impressos sofreu forte modificação ao longo do período, com mudança significativa de foco. Antes centrado predominantemente nas notícias sobre política partidária e atividades do governo e do Parlamento, passou a incorporar as denúncias contra agentes públicos como elemento importante, especialmente na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Não foi neste período, porém, que a nova abordagem do tema se confirmou como tendência.

Foi com o objetivo de tentar entender como e quando o noticiário sobre corrupção no Brasil cresceu, quanto cresceu e em que situações, que o referido estudo – que embasa este artigo – buscou mensurar nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* a presença e a relevância das notícias sobre atos ilícitos, ilegais e antiéticos que envolveram pessoas e dinheiro públicos.

Dentro do propósito de identificar quantas notícias sobre corrupção estavam nas capas, estabeleceu-se que todas as chamadas de primeira página relativas ao tema, incluindo a manchete principal, seriam consideradas o indicador da presença do noticiário de denúncias nas edições. As denúncias publicadas como manchete principal indicaram a relevância dada ao assunto.

Nortearam este estudo, basicamente, os conceitos e análises sobre escândalos políticos midiáticos desenvolvidos por Thompson (2002) e sobre o jornalismo como guardião do poder público nas modernas sociedades midiáticas, explorados por Waisbord (2000). Ainda no campo teórico foram consideradas os estudos sobre valores-notícia, especialmente aqueles relativos à negatividade, proeminência, infração e escândalo (SILVA, 2005; SOUSA, 2012; TRAQUINA, 2002).

Optando-se pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) como método e pela pesquisa por amostragem para definir as unidades, chegou-se a uma amostra de 4.015 capas dos três jornais, analisada nos endereços eletrônicos de cada publicação. Uma média de 130 edições por ano, analisadas e catalogadas uma a uma. A conta principal do estudo gerou um total de 3.165 denúncias de capa (chamadas e manchetes) concentradas em 2.094 edições. O crescimento da presença e relevância, como será detalhado neste artigo, foi progressivo, a despeito de recuos em determinados períodos de governo.

2 A pesquisa

O levantamento foi realizado nos jornais do período compreendido entre 15 de março de 1985, dia da posse do primeiro presidente civil depois de 20 anos de ditadura militar, José Sarney (PMDB), e 31 de dezembro de 2014, data final do último mandato presidencial completo e concluído até o início do trabalho de campo, exercido por Dilma Rousseff (PT). O estudo abrangeu, portanto, os períodos de governos dos presidentes José Sarney (1985-1990); Fernando Collor (1990-1992); Itamar Franco (1993-1994); Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010); e Dilma Rousseff (2011-2014).

Optou-se, como já dito, por uma pesquisa por amostragem, com aplicação da técnica conhecida como semana construída ou semana artificial (BAUER, 2000) sobre as capas dos jornais, tendo como suporte metodológico os conceitos e ferramentas da análise de conteúdo (AC), com as abordagens quantitativas e qualitativas desenvolvidas por Bardin (1977) e referendadas por outros estudiosos da área de comunicação. A escolha do *corpus* foi amparada pelo fato de os três jornais serem considerados de referência nacional, com maior tradição na cobertura de questões nacionais.

A análise das 4.015 edições implicou na leitura de todas as chamadas de capas, da manchete principal ao menor destaque merecido na primeira página; anotação da manchete principal e da segunda chamada mais importante, cujos conteúdos auxiliaram na contextualização histórica e na fundamentação dos argumentos; e na contabilização do número de chamadas e manchetes sobre corrupção.

A partir da ideia de que o noticiário sobre corrupção cresceu em presença e em importância, estabeleceu-se como problema da pesquisa identificar se houve, de fato, uma transformação na forma de divulgação desse tipo de notícia. O objetivo era verificar se o maior interesse por notícias sobre corrupção tornou-se uma prática rotineira desde o início da redemocratização do País e se ela foi constante e linear ao longo dos 30 anos.

O interesse da pesquisa se concentrou nas denúncias e acusações de atos de corrupção praticados por agentes públicos – aqui considerados todos os servidores do País e pessoas no exercício de funções no poder público, além de dirigentes partidários, uma vez que os partidos recebem verbas públicas. Ou seja, todas as pessoas contratadas, direta ou indiretamente pelo poder público, concursadas ou não, envolvidas em ações, projetos e contratos financiados com o dinheiro do contribuinte. Nos três poderes e nos três níveis de governo.

Foram catalogadas todas as notícias em que uma ou mais pessoas, ou empresas, desta categoria de agentes públicos, aparecem como acusados e/ou suspeitos de crimes e outros desvios relativos à administração pública. Notícias que envolvem desde corrupção em seus variados tipos, crimes eleitorais e tráfico de influência a práticas consideradas indevidas e/ou

imorais, como nepotismo³ e usufruto de mordomias e privilégios financiados com dinheiro público (Quadro 1).

Quadro 1: Crimes e desvios mais frequentes cometidos por agentes públicos e capturados na pesquisa

Irregularidades e crimes com desvios financeiros diretos	Irregularidades e crimes com desvios financeiros indiretos
Superfaturamento de obras e contratos públicos, com desvio de recursos	Tráfico de influência e conflito de interesses
Outras fraudes em órgãos públicos, obras e contratos para favorecimento próprio ou de terceiros	Desvio ético e administrativo para obtenção de vantagens e benefícios pessoais
Uso da máquina e recursos públicos em benefício próprio ou de terceiros	Aprovação e pagamentos de supersalários públicos que ferem a lei
Aprovação e manutenção de mordomias e privilégios exclusivos e abusivos	Crimes eleitorais; compra de votos e de apoio político
Enriquecimento ilícito	Prática do nepotismo
Prática de suborno e cobrança de propina	Contratação de funcionários fantasmas
Empréstimos públicos fraudados em benefício próprio ou de terceiros	Gestão pública temerária

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nas publicações pesquisadas

Notícias sobre atos de corrupção praticados por empresas e entidades privadas e seus representantes, mas que não contaram com o envolvimento de agentes públicos, não foram catalogadas. Mas foram contabilizadas todas aquelas sobre corrupção praticada por agentes

³ No Brasil, o nepotismo só passou a ser proibido por lei na administração pública na primeira década dos anos 2000. O primeiro dispositivo legal sobre o assunto é uma lei estadual, de Pernambuco, de 2007. Em seguida, em 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou uma medida proibindo o nepotismo nos três poderes, no âmbito da União, dos estados e dos municípios. E em 2010, um decreto presidencial veda a prática na administração pública federal.

privados na administração de dinheiro público, a exemplo de obras e projetos mantidos por empreiteiras em todas as esferas do poder.

Estabeleceu-se nesta pesquisa, vale repetir, que as chamadas de capa, incluindo a manchete principal, seriam o indicador da presença do noticiário de denúncias nas edições. Para avaliar a relevância dada ao tema corrupção foram consideradas as denúncias publicadas como manchete principal da edição.

3 Jornalismo guardião e escândalos políticos

Política, corrupção, escândalos políticos, imprensa e democracia. Ou, corrupção na política; escândalos políticos na democracia; e jornalismo político em tempos de corrupção. Todos esses elementos, sozinhos ou combinados, constituem a base deste trabalho. São inúmeros os qualificados estudos, análises e projetos de pesquisas que abordam a questão da corrupção no Brasil, em especial os desvios éticos e financeiros praticados por representantes de governos e da classe política. O que surge nos dias de hoje aos olhos dos leigos como algo inédito, nunca antes visto no Brasil, certamente já foi estudado e historiado.

Está nos livros de História do século passado e em *best-sellers* modernos que a corrupção aportou por aqui logo nos primeiros contatos dos europeus com os nativos, ganhou corpo com a chegada da família real portuguesa nos anos 1800, perdurou por todo Império, atravessou a Independência, entrou na República e se consolidou nos novos sistemas políticos do Século XX (BAHIA, 1999; GOMES, 2010, 2010; SODRÉ, 1977). Pode-se dizer que o assalto aos cofres públicos foi notoriamente inaugurado pelo rei d. João VI que, às vésperas de voltar para Portugal, em 1821, “mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, o diamante e outras pedras preciosas estocadas no Tesouro” (GOMES, 2010, p. 57).

A corrupção e a política, sempre de mãos dadas, atravessaram séculos de história no Brasil, com altos e baixos, e ainda hoje é um binômio que causa mais espanto do que credibilidade. Os anos recentes, que evidenciam a política altamente contaminada pela corrupção, ampliaram o mal-estar na coletividade e a sensação de impotência, como destaca

Filgueiras (2009). Em estudo no qual refuta a tese de que a prática da corrupção está relacionada a aspectos do caráter do brasileiro – está, segundo o autor, relacionada às normas que institucionalizam práticas tidas como moralmente degradantes, mas cotidianamente toleradas – ele retrata o quadro de normalidade dado ao tema nos tempos modernos.

Quando se abre o jornal, no Brasil, é raro não nos depararmos com escândalos no mundo político. Casos de malversação de recursos públicos, uso indevido da máquina administrativa, redes de clientelas e tantas outras mazelas configuram uma sensação de mal-estar coletivo. [...] contudo, apesar dessa sucessão de escândalos no Brasil, existe uma sensação de impotência por parte da sociedade; a corrupção é tolerada e os cidadãos ficam apenas aguardando qual será o próximo escândalo que circulará nos jornais. (FILGUEIRAS, 2009, p. 387).

No Brasil, apenas alguns dos inúmeros casos de corrupção desvendados nas últimas décadas resultaram em grandes escândalos políticos, ou escândalos midiáticos, como definido por Thompson (2002): as denúncias que resultaram na perda do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, em 1992; a renúncia forçada de quase uma dezena de parlamentares envolvidos no chamado escândalo dos “anões do Orçamento”; a perda de mandato, renúncia e prisão de mais de 20 políticos envolvidos no “escândalo do mensalão”; e, por último, as denúncias, condenações e prisões da chamada Operação Lava Jato, com envolvimento de políticos, autoridades do governo e empresários – a publicação dos desdobramentos deste último não foi abarcado pela pesquisa.

São vários os aspectos, segundo Thompson, que sugerem que os escândalos políticos são mais comuns nas democracias liberais, entre eles, o fato de a imprensa ter autonomia, ainda que relativa, como ressalta, além do declínio moral da classe política. Thompson aponta outras características que podem justificar a popularização dos escândalos: a crescente visibilidade dos líderes políticos; a mudança nas tecnologias de comunicação e de vigilância; mudança na cultura jornalística e na cultura política; e a crescente regulamentação da vida política (2002, p. 142). Salienta, contudo, que para entender o escândalo político é preciso considerar outros fatores, como a busca pelo poder.

Se quisermos compreender a natureza do escândalo político, não podemos nos concentrar na figura, ou no líder político apenas. Devemos levar em consideração as relações e instituições sociais em virtude das quais é atribuído poder público a um indivíduo, ou com respeito às quais o indivíduo procura adquiri-lo (THOMPSON, 2002, p. 124).

Ou seja, a corrupção como causa e efeito de uma disputa por poder em um sistema político viciado que cada vez mais se dobra aos interesses dos donos do poder, seja este poder representado por agentes públicos ou privados, como se viu nos últimos escândalos políticos no Brasil envolvendo altas autoridades e dirigentes de grandes corporações empresariais. Neste cenário, a imprensa se aproximou mais da prática do jornalismo investigativo, tendo como maior frequência o jornalismo sobre investigações (NASCIMENTO, 2007), popularizando o tema corrupção na mídia.

Também chamado de *watchdog journalism*, essa função da imprensa põe em prática um tipo de jornalismo que implica na busca sistemática por irregularidades cometidas por políticos ou funcionários de governos (WAISBORD, 2000). No Brasil, como visto em Nascimento (2007), essa ação da imprensa está cada vez mais dependente da agenda de investigação do Ministério Público.

Waisbord considera que a democracia oferece melhores condições para o exercício do *watchdog journalism*, mas ressalta que ela, por si só, não é suficiente para que os meios de comunicações revelem abusos de poder (2000, pp. 84-85). A transformação de denúncias de corrupção em escândalos políticos depende de outros fatores além da atuação da imprensa.

Embora escândalos tenham sido definidos como 'revelação de corrupção', é necessário mais do que divulgar a corrupção para que um escândalo se materialize. Não é só porque a imprensa pega um membro do governo desviando fundos ou envolvido em esquemas de violação dos direitos humanos que essa história vira um escândalo. (WAISBORD, 2000, p. 216, tradução livre).

Outros estudiosos, no entanto, reforçam a capacidade da imprensa em transformar denúncias em um grande escândalo político. Prior (2015) considera que o escândalo eclodirá a partir do momento em que a acusação sobre supostas atividades ilícitas causarem na sociedade sentimentos generalizados de desaprovação e repulsa. É neste ponto, acredita, que os meios de comunicação desenvolvem, no processo de revelação, divulgação e configuração de um acontecimento, uma narrativa midiática que alimenta o imaginário do leitor. Ou seja, a reconfiguração do escândalo político na esfera pública não é um processo aleatório; o acontecimento sofre a ação da mídia, isto é, desenvolve-se literalmente nos meios de comunicação e é moldado por eles.

É fato, contudo, independentemente da capacidade ou da disposição da imprensa em transformar denúncias em grandes escândalos, que o noticiário de corrupção atende, em grande medida, os critérios de noticiabilidade: para ser transformado em notícia, um acontecimento precisa ser suficientemente interessante, significativo e relevante, ensinam os teóricos da comunicação.

Além do negativismo, as notícias sobre corrupção são guiadas por valores-notícia relativos à proeminência ou hierarquia dos envolvidos no fato, relevância conflito, disputa, interesse nacional e grandes quantias (em dinheiro) desviadas, elencados por diversos autores (WOLF, 1999; TRAQUINA, 1993, 2002, 2005; SILVA, 2005). Tornaram-se cada vez mais comum nos jornais brasileiros, na última década em especial, as manchetes com destaque para nomes das pessoas envolvidas e para o montante de recursos públicos desviados.

Na referida pesquisa que orienta este artigo, esta avaliação foi possibilitada pela aplicação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), referendada por estudos atuais que sustentam a eficiência e eficácia dessa ferramenta, inclusive no meio eletrônico.

Do mapeamento de tendências ao exame de materiais efêmeros – como os próprios arquivos da internet, símbolos, mitos e imaginário sócio-político – a Análise de Conteúdo clássica agrega nos tempos atuais a vantagem da digitalização, possibilitando a realização de testes e a repetição de medidas para confirmação, e organizando o conteúdo. Permite ainda programar análises quantitativas e qualitativas num marco teórico mais amplo e diversificado, onde essas duas técnicas se complementam e geram inferências valiosas (JORGE, 2015, p. 273).

4 Dados em análise – O que dizem os números em 30 anos

A pesquisa nas 4.015 capas dos três jornais capturou 3.165 notícias relacionadas a corrupção e todo tipo de irregularidades praticadas por agentes públicos, sendo que 670 (22,13%) dessas notícias foram publicadas como manchete principal (relevância) das respectivas edições. As demais, 2.495 (78%), foram apresentadas em chamadas menores na capa (presença). Resultado que indica o tamanho da presença e da relevância que o noticiário de denúncia teve nos jornais ao longo de 30 anos.

Para aprimorar os resultados nominais, foram considerados também os percentuais de edições (ou dias) em que as notícias relacionadas a corrupção tiveram chamadas e/ou manchetes publicadas na capa – elas foram encontradas em 2.094 das 4.015 edições. Ou seja, 52% das capas pesquisadas trataram do tema corrupção, em manchetes e em chamadas menores. Esse indicador representa o tamanho da presença do assunto nas primeiras páginas dos jornais. Considerando apenas as manchetes principais (670 no total), que indicam a relevância dada ao tema, verifica-se que elas estiveram em menos de um quinto (16%) das 4.105 capas.

Para melhor compreensão, vale destacar que o número total de manchetes para corrupção é igual, por óbvio, ao número de edições (ou dias) que trataram do assunto; mas o número geral de denúncias (3.165 chamadas e manchetes) é superior ao número de capas (ou dias) identificadas com o tema (2.094), pois é comum mais de uma chamada por capa.

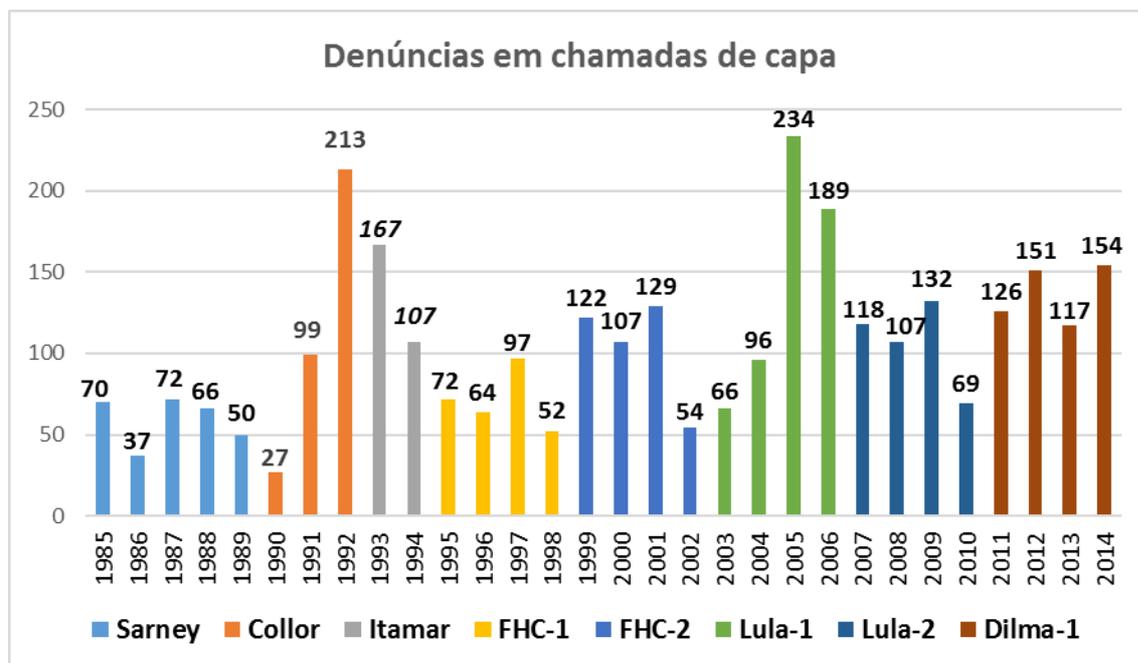
São muitos os números e as interpretações possíveis de extrair dos dados, ano a ano, governo a governo. Eles mostram, por exemplo, que o maior número de chamadas sobre corrupção ocorreu em 2005, ano em que estourou o chamado escândalo do mensalão. Foi também o ano com o maior número de manchetes. Significa que foi o ano em que a corrupção teve maior presença e maior relevância em toda série. O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi ainda o período de governo em que os jornais mais publicaram notícias sobre corrupção nas capas.

O segundo maior número anual de chamadas ocorrera 23 anos antes, em 1992, quando as revelações sobre o esquema de corrupção instalado no governo levaram ao impeachment de Fernando Collor de Mello. Por outro lado, ocorreu também no governo Collor o menor número anual de chamadas para denúncias em toda a série. Foi em 1990, quando pareceu nítido que o entusiasmo de amplos setores da sociedade e dos meios de comunicação (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994) com a eleição direta de um presidente jovem e com discurso inovador estancou a função vigilante que a imprensa vinha exercitando no pós-ditadura.

Em termos proporcionais, foi no governo Dilma (2011-2014) que se registrou o maior percentual de capas com chamadas e manchetes para reportagens sobre corrupção. Na outra ponta, com a menor proporção, ficou o governo Sarney. A proporção de edições com manchetes (16,6%) sobre corrupção em todo período pesquisado é significativa pela evolução, ainda que não linear, identificada ao longo dos 30 anos. Começou com média de 5,4% no período relativo ao governo Sarney e terminou com média de 25,4% no período do governo Dilma. É um indicador que, entre outros fatores, reforça a hipótese de que, em 30 anos, os jornais modificaram o tratamento dispensado às notícias sobre corrupção.

A contabilidade dos dados relativos ao período compreendido entre 1985 e 2014 indica, inexoravelmente, o aumento da presença e da relevância do noticiário sobre corrupção nos três jornais, a despeito de recuos registrados em alguns anos. Em relação à presença (todas as chamadas de capa) houve um crescimento de 120%: 70 chamadas publicadas ao longo de 1985, e 154 em 2014 (Gráfico 1). Considerando períodos de governos, o crescimento foi de 85,7%: 295 chamadas no governo Sarney e 548 no de Dilma.

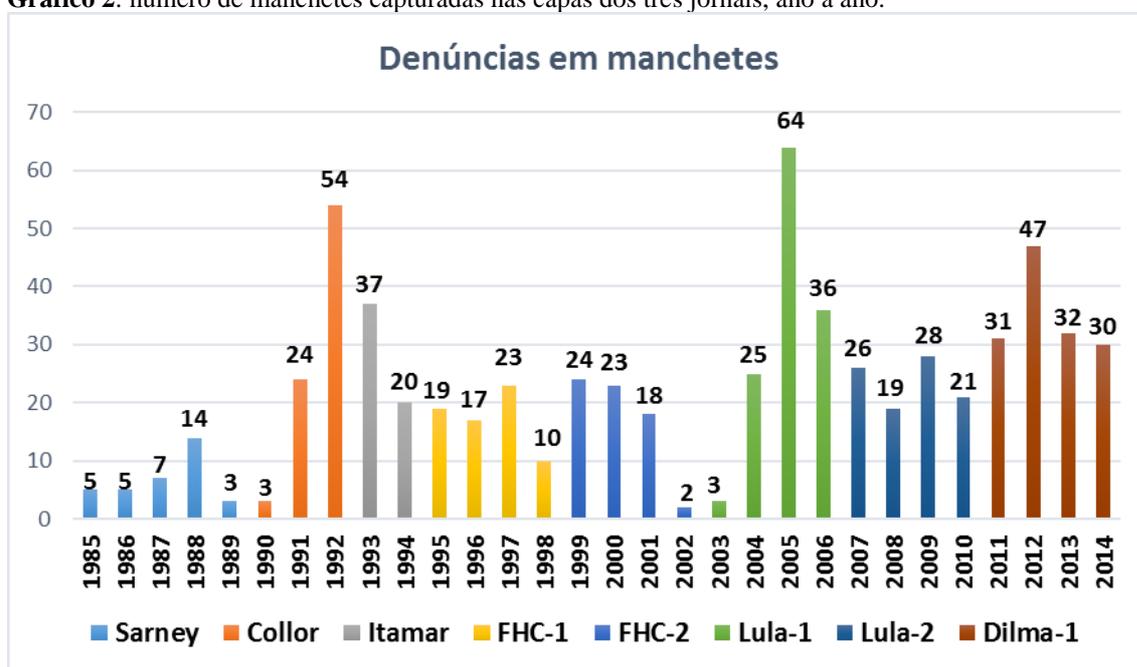
Gráfico 1: Número de chamadas nos três jornais, ano a ano.



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Este primeiro dado é um claro indicativo da importância que este tipo de notícia passou a ter ao longo dos 30 anos. Já o indicador sobre relevância, medido pelo número de manchetes principais, teve uma evolução ainda mais significativa: em 1985, a pesquisa capturou 05 (cinco) manchetes, contra 30 de 2014, ou, cinco vezes mais (Gráfico 2). Considerando períodos de governos, a variação foi de 354,8%, na relação de 31 manchetes (Sarney) para 141 (Dilma).

Gráfico 2: número de manchetes capturadas nas capas dos três jornais, ano a ano.



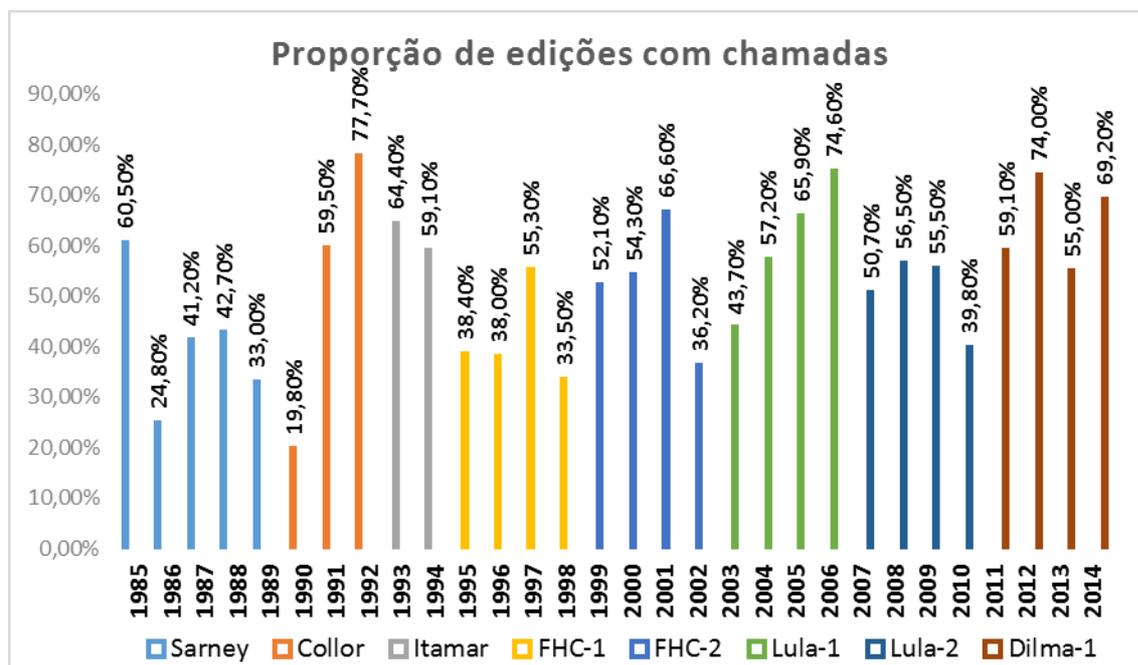
Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Nos dois casos, porém, o crescimento não foi constante nem linear. Isso fica claro, por exemplo, quando se verifica resultados semelhantes para o período do governo Sarney (PMDB, 1985-1990), que ainda vivia sob a cultura da censura que predominou durante a ditadura militar, e, dez anos depois, para os anos relativos à primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-1998).

Os resultados sobre a proporção de edições da amostra com notícias sobre corrupção permitem outras interpretações. Observa-se, por exemplo, que em 1990, primeiro ano do governo Collor, registrou-se o menor percentual de capas com denúncias: 19,8% das 131

analisadas. E foi também no governo Collor, no ano do impeachment, em 1992, a maior proporção de edições com denúncias: 77,7% (Gráfico 3). É nítido, neste caso, o comportamento da imprensa, da euforia à decepção (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994). Os índices recordes de 1992 foram repetidos somente 14 anos depois, com uma pequena diferença para maior, no pós-escândalo do mensalão, em 2006.

Gráfico 3: Proporção de edições com chamadas, ano a ano e por períodos de governos



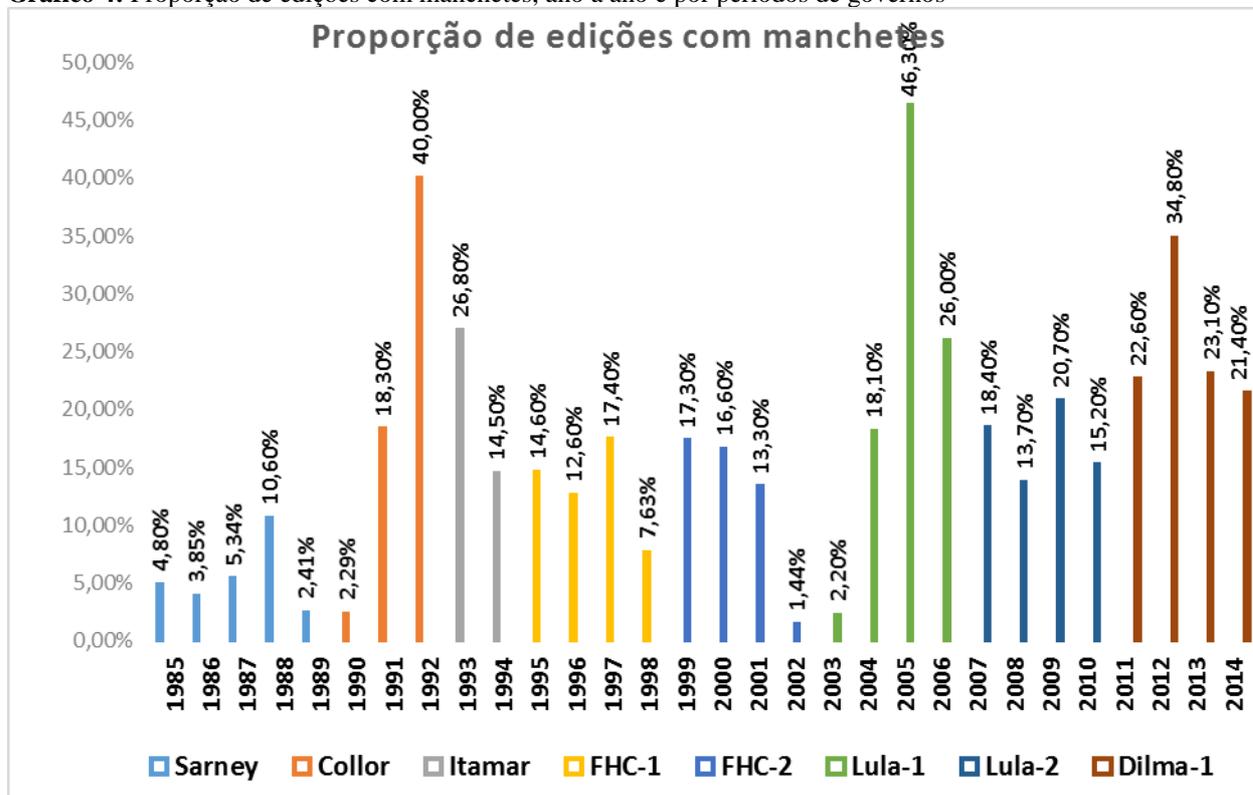
Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

No caso das edições com manchetes (Gráfico 4), 2005 aparece novamente à frente (46%) – primeira vez que chega neste patamar desde o impeachment de Collor. A evolução dos dados do Gráfico 4 reflete claramente a relevância, ou não, dada pelos jornais ao tema corrupção ao longo dos oito governos.

A irrelevante presença das denúncias nas manchetes durante o governo Sarney, capturadas em apenas 5,49% das edições analisadas, pode ser justificada pela predominância da agenda econômica – o país viveu em constante crise econômica ao longo dos cinco anos – mas, principalmente, pela postura dos jornais de não publicar notícias sobre corrupção nos espaços nobres. No período Sarney as denúncias estiveram em 40% das edições analisadas, mas as manchetes em apenas 5%.

Os jornais passaram a dar seus espaços mais nobres para o noticiário de corrupção a partir de 1991, segundo ano do mandato de Collor. Em 1990, ano da posse de Collor, as notícias sobre corrupção foram identificadas em apenas 2,2% das edições analisadas, pulando para 40% em 1992, o que sugere que o tema só ganhou relevância quando as denúncias ganharam a característica de escândalo midiático. Em todo período do governo Collor, 20% das capas analisadas, em média, deram manchetes para as denúncias. O escândalo dos anos do Orçamento, em 1993, garantiu essa mesma proporção durante o curto governo Itamar.

Gráfico 4: Proporção de edições com manchetes, ano a ano e por períodos de governos



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Mas o prestígio que o noticiário de denúncia conquistou entre 1991 e 1994 despencou na sequência, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando a média de edições com manchete nos oito anos do governo ficou em 12,6%, evidenciando o que já foi classificado como afinidade e simpatia dos meios de comunicação com a gestão do PSDB (RENAULT, 2006). Vale destacar, por exemplo, que o mais emblemático caso de corrupção revelado durante o primeiro mandato presidencial do PSDB – a denúncia de compra de votos

para a aprovação da emenda da reeleição em 1997 – só foi manchete, na amostra analisada, na *Folha de S. Paulo*, que publicou a acusação primeiramente, com exclusividade. Na amostra dos três jornais deste ano foram identificadas 23 manchetes para assuntos relacionados a corrupção, e apenas duas delas, na *Folha*, foram sobre a respectiva denúncia.

O último ano do governo Fernando Henrique (2002) e o primeiro do governo Lula (2003) produziram os piores indicadores sobre a relevância da denúncia nos jornais. Anos atípicos na série. As explicações imediatas que surgem: 2002 foi ano de eleição presidencial, e 2003 o de estreia de um novo presidente, com toda a simbologia e euforia que acompanharam a chegada do PT ao governo. Cabe reforçar novamente que, a esta altura, a presença (chamadas) das denúncias era mais constante do que a relevância (manchetes).

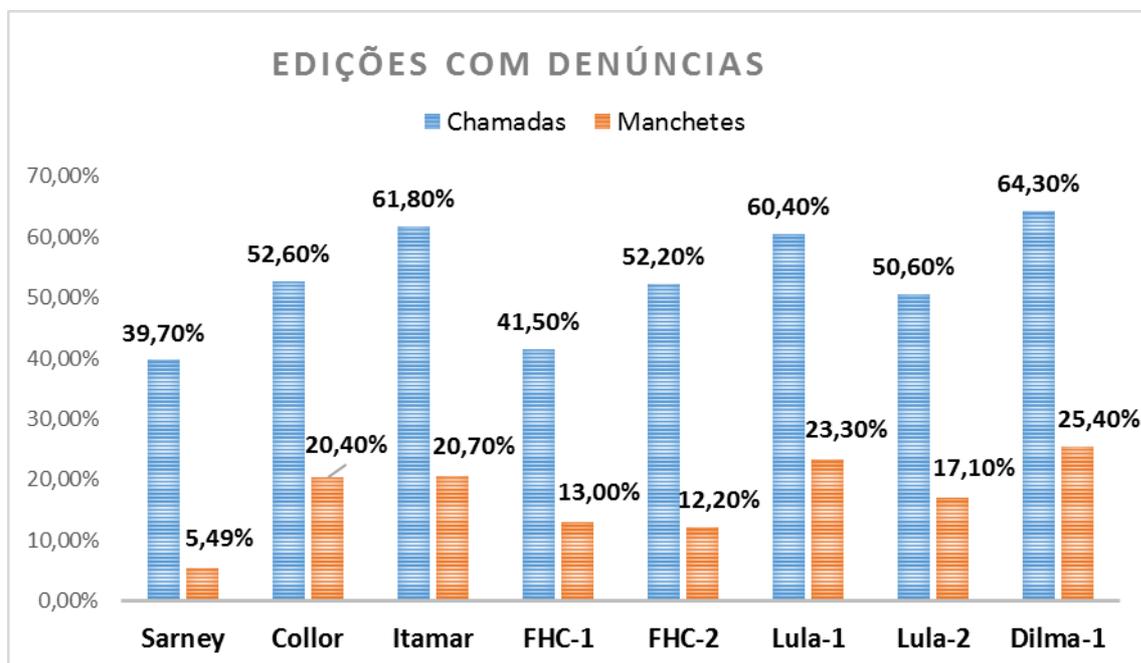
O escândalo do mensalão explodiu e os parâmetros sobre a relevância (manchetes) mudaram substancialmente. A grande importância dada pelos jornais ao tema corrupção no período do governo Lula tem justificativas as mais variadas em estudos acadêmicos e nas redações dos jornais. A principal delas, mais comum nos meios de comunicação, é que os desvios e irregularidades desvendados transformaram o mensalão no maior escândalo de corrupção da História recente do País. Outro argumento, menos consistente, mas corriqueiro, se ampara no efeito decepção com o governo de um partido que prometia ser diferente.

A análise dos dados permite à pesquisadora um entendimento mais próximo ao de outros estudos empíricos e análises teóricas sobre o assunto (ALDÉ E VASCONCELOS, 2008; FERES JÚNIOR E SASSARA, 2016; GUAZINA, 2011; LIMA, 2006): para além dos dados, a análise do conteúdo publicado sugere que o provável viés ideológico que levou os jornais a darem menos importância às irregularidades e malfeitos praticados nos governos do PSDB provocou, anos depois, a mudança na cobertura das denúncias de corrupção nas gestões petistas. Essa visão fica nítida não apenas pela quantidade e pelo tom das notícias publicadas, mas também por editoriais e artigos expostos em algumas capas da amostra.

Passado o mensalão, no segundo mandato de Lula o noticiário de denúncias caiu tanto em presença como em relevância, mas os indicadores permaneceram elevados. Foram

superados, depois, pelos recordes registrados no período relativo à gestão da presidente Dilma Rousseff, quando um quarto das edições analisadas estampou em suas manchetes notícias relacionadas a corrupção, sendo que mais de dois terços das edições (ou 64%) continham o tema na capa (Gráfico 5). Foi, em toda série de 30 anos, o período de maior relevância dada ao assunto.

Gráfico 5: proporção de edições com chamadas e com manchetes, por governo



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

A análise dos dados e do conteúdo publicado permite algumas inferências a respeito, por exemplo, da mudança de humor da imprensa durante os dois períodos de governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se ampliou em mais de 10 pontos percentuais, do primeiro para o segundo mandato, a proporção de edições com chamadas sobre corrupção nas capas. Uma explicação pode estar nas mudanças promovidas na economia na virada de um mandato para outro.

O primeiro ano do segundo mandato, 1999, começou sob a desconfiança do mercado financeiro e da classe empresarial – incluindo empresas de comunicação –, em função da desvalorização cambial promovida pela equipe econômica, uma medida sistematicamente

negada durante a campanha eleitoral, e executada imediatamente após a posse. No rastro da insatisfação de setores importantes da sociedade, os jornais imprimiram uma cobertura mais ofensiva, como retratado por Renault (2006). A partir desse momento, o noticiário negativo para o governo foi ampliado por outros fatores, como as evidências de irregularidades praticadas por agentes públicos no socorro financeiro a bancos privados. Além do aumento de mais de 20% na proporção de edições com denúncias de um mandato para o outro, o número de chamadas sobre corrupção cresceu mais de 40%.

Este salto quantitativo do noticiário de corrupção se ampliou no período seguinte, o do primeiro mandato de Lula, tanto em número de chamadas publicadas (aumento de mais de 40%), como na proporção de edições com denúncias (15% maior). Vale ressaltar que nos dois primeiros anos do governo petista prevaleceu na mídia o “Lulinha paz e amor” da campanha presidencial, com o noticiário de denúncia centrado basicamente nos casos regionais de corrupção. A partir do escândalo do mensalão, a situação mudou.

Os dados permitem afirmar que houve uma mudança de comportamento dos jornais a partir de 2004. Nos últimos dez anos do período estudado, de 2004 a 2014, todos os indicadores utilizados, seja em valores nominais ou proporcionais, se mantiveram constante e em um nível superior aos levantados anteriormente. Sugerem que se estava estabelecendo uma nova tendência no jornalismo.

Foi neste período também que os jornais adotaram novos modelos de edição, com uma maior disseminação do tema corrupção por toda a capa. Passou a ser comum, a partir do escândalo do mensalão, a prática de dividir em várias chamadas de primeira página notícias correlatas ao mesmo caso, dando, assim, maior visibilidade e maior relevância aos assuntos relacionados à corrupção. *O Globo* adotou esse modelo praticamente como regra, distribuindo em até seis ou sete chamadas notícias que os outros dois jornais condensavam na manchete e em mais duas ou três chamadas, no máximo.

A proeminência do noticiário de denúncias nesta última década costuma ser facilmente explicada pelo alegado surgimento de mais casos de corrupção. É preciso, porém,

considerar outros fatores. Como as evidências de que foi a partir dos anos 2000 que as ações da Polícia Federal e do Ministério Público se tornaram mais efetivas – realizadas e concluídas. Ações que se refletiam em uma produção mais ofensiva dos jornais.

A midiáticação cada vez maior dos escândalos políticos e a participação mais efetiva da sociedade civil no processo político são outros fatores que aparecem como causa – ou consequência – da maior presença do noticiário sobre corrupção nos jornais impressos. Novos estudos poderão avaliar essa questão de forma mais precisa. Os próprios dados da presente pesquisa permitem outras análises futuras, como, por exemplo, uma avaliação do comportamento de cada um dos jornais, tendo como foco o viés ideológico.

5 Considerações finais

O conjunto dos dados desta pesquisa aponta alguns caminhos, suposições e conclusões sobre a trajetória do noticiário de corrupção nos três principais jornais impressos de referência nacional do País em 30 anos. Os resultados evidenciam que houve uma mudança significativa na forma como os editores apresentam aos leitores o material com denúncias sobre irregularidades cometidas por autoridades, políticos e outros agentes públicos. A primeira conclusão é que os jornais mudaram o comportamento no trato da notícia sobre corrupção, dando a ela mais importância hoje do que em um passado recente.

Essa transformação está clara na relevância que o tema ganhou na vitrine dos jornais: suas capas. Ter mais manchetes sobre corrupção, como mostram os números, reflete a relevância que o assunto passou a ter ao longo das três décadas. Diferentemente do verificado no primeiro governo civil pós-ditadura, o noticiário de denúncia ganhou, especialmente na última década, o espaço mais nobre dos jornais.

É inequívoca a avaliação de que esse tipo de notícia aumentou em quantidade e em importância nas páginas dos jornais desde o início da redemocratização do País. Não está claro, porém, se se trata de um movimento permanente. Se já pode ser considerada uma nova

tendência do jornalismo impresso no Brasil, ou ainda apenas uma expectativa de nova tendência.

Cabe lembrar que no primeiro período de governo pesquisado (1985-1990) as chamadas de capa sobre corrupção, o indicador de presença do tema, foram capturadas em 39,7% das edições analisadas; esse índice saltou para 64,3% no último período (2011-2014). Já as manchetes principais sobre corrupção, aqui classificadas como indicadores de relevância, tiveram uma evolução mais significativa: presentes em 5,5% das edições do primeiro período, e em 25,5% no último.

Se houve aumento da prática de corrupção no Brasil no período estudado, outros estudos e análises específicas poderão ter respostas mais claras. Não se tratava neste trabalho de verificar esta questão, mas de mensurar a presença e relevância do noticiário de corrupção nos três jornais impressos. A análise sugere, porém, que o fato de os casos de irregularidades retratados serem praticamente os mesmos ao longo da série é um indicativo de que a corrupção sempre esteve latente no sistema político brasileiro.

Na busca por respostas às perguntas desta pesquisa, o que se extraiu das capas dos jornais, quantitativa e qualitativamente, é que a corrupção começou a ter maior visibilidade e maior importância no início dos anos 1990. No entanto, surge como possibilidade de uma nova tendência do jornalismo apenas em meados dos anos 2000. E a partir de 2005, com o escândalo do mensalão, que o tema corrupção se popularizou e ganhou relevância nunca antes identificada nos jornais impressos que formam o *corpus* desta pesquisa.

Os dados e a análise do conteúdo publicado nas capas indicam também uma tendência das preferências políticas e partidárias dos jornais – manifestadas algumas vezes em editoriais na primeira página. Não são suficientes, contudo, para afirmar que o componente ideológico definiu a cobertura dos escândalos políticos feita pelos jornais pesquisados. Pode-se apenas inferir que essa possibilidade pareceu mais nítida em determinadas ocasiões.

Sem uma avaliação mais detida sobre o mérito da transformação ocorrida no noticiário de denúncias ou sobre a qualidade do material publicado pelos jornais, esta pesquisa aponta algumas questões que poderão ser melhor esclarecidas em outros estudos.

Por exemplo: quais as consequências, positivas e/ou negativas, desta mudança na cobertura de escândalos para o jornalismo e para a imprensa no Brasil? A maior visibilidade

dada ao noticiário de corrupção impôs uma vigilância maior aos atos dos governantes e da classe política por parte da sociedade, ou foi o contrário? A relevância dada a este tipo de notícias contribuiu para uma aplicação mais justa da punição aos culpados, ou foi o contrário? E, por último, será consolidada como tendência do jornalismo brasileiro?

Referências bibliográficas

- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELOS, Fábio. **Ao vivo, de Brasília: Escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias**. Revista de Ciências Sociais. Vol. 39. n. 2. pp. 61-69. 2008.
- BAUER, M; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ). Vozes, 2002.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira**. Vol. 1. São Paulo (SP). Ática.1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa (PT). Edições 70. 2011.
- FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de O. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política**. Revista Novos Estudos. CEBRAP. SÃO PAULO. Vol. 2. pp. 205-225. Julho. 2016.
- FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Revista Opinião Pública. Campinas. Vol. 15. n. 2. pp. 386-421. Novembro, 2009.
- GOMES, Laurentino. 1822. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2010.
- GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação-UnB. Brasília. 2011.
- JORGE, Thaís M. *Revelar o digital. Metodologia para materiais efêmeros*. In: JORGE, Thaís M (org). **Notícia em fragmentos – Análise de Conteúdo no Jornalismo**. Insular. Florianópolis. 2015.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e exigir do público**. Geração editorial. São Paulo. 2003.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. **A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1994.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2006.
- NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa**. Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação-Universidade de Brasília (UnB). Brasília. 2007.
- PRIOR, Elder. **Jornalismo, Narrativas e Escândalos**. LabCom.IFP/UBI. Universidade de Brasília. 2015.
- RENAULT, David. **Nunca foi tão fácil fazer uma cruz na cédula? A era FHC nas representações de mídia**. Tese (Doutorado). Departamento de História - UnB. Brasília. 2006.
- SILVA. Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. II. n. 1. 2005.
- SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Edições do Graal. 2ª edição. 1977.

SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena. *A teoria da noticiabilidade de Nelson Traquina aplicada a periódicos portugueses do século XVII – Os casos da Gazeta e do Mercúrio Português*. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina**. LabCom. Covilhã. Portugal. 2012.

THOMPSON, John. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis (RJ). Vozes. 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, Teorias e Histórias**. Lisboa, Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são**. vol. I. Florianópolis. Insular. 2005.

WAISBOARD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America. News, Accountability and Democracy**. New York. Columbia University Press. 2000.

WOLF, Mauro. **As Teorias da Comunicação**. Lisboa. Presença. 1999.